



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2752 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
<u>J7 / 06 / 2009</u>
Q Secretário da Mesa <u>R. Correia</u>

Assunto: (i) Aplicação da Portaria n.º 1143/2008, de 10 de Outubro, de compensação de penalização temporária na apanha de bivalves;

(ii) Problemas burocráticos no acesso ao PROMAR e outros processos administrativos

Destinatário: **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

Do diálogo do Grupo Parlamentar do PCP com algumas organizações de produtores, nomeadamente das ligadas à apanha de bivalves, decorreram os seguintes problemas:

- (i) Tendo saído, em 10 de Outubro de 2008, a Portaria n.º 1143/2008, destinada a compensar os produtores de penalização temporária na apanha de bivalves, decorridos cerca de 9 meses, nenhuma compensação chegou ainda aos produtores. O que provoca não só um compreensível descontentamento, como cria dificuldades de sobrevivência a este subsector da pesca artesanal.
- (ii) **Processamento burocrático-administrativo pelos serviços da Administração das Pescas** – com a «reestruturação» do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas foram encerrados serviços e afastados ou deslocados diversos funcionários que conheciam os problemas e o enquadramento jurídico-administrativo do sector.

Os produtores e as suas associações consideram que é um desastre as complicações burocráticas criadas, a multiplicação de locais com balcões para tratar de processos, afastados dos portos, obrigando pescadores e armadores a percorrerem centenas de quilómetros, ainda por cima variando de locais. Na área da antiga Direcção regional de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Agricultura de Lisboa e Vale do Tejo, hoje, um armador de Setúbal, tem que ir a Évora para umas coisas, e amanhã às Caldas da Rainha para outras. A que se acrescenta o facto de, em geral, nesses balcões estarem funcionários que nada conhecem do sector.

Outro problema relaciona-se com as dificuldades e atrasos da DGPA em responder a horas na instrução de processos para candidatura ao PROMAR, nomeadamente na certificação de condições de acessibilidade ao investimento.

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que razões explicam o atraso no pagamento das compensações ao abrigo da Portaria n.º 1143/2008, de 10 de Outubro? Quantos processos foram apresentados e quantos foram aprovados por Porto de Pesca?
2. Quando se prevê que essas compensações sejam completamente transferidas?
3. Que medidas estão em curso para simplificar os circuitos burocrático-administrativos relacionados com o sector? Que razões explicam a não existência de um **balcão único** nos principais postos para responder a esses problemas?
4. Como vão ser criadas condições para que a DGPA possa responder adequadamente à instrução dos processos de candidatura ao PROMAR? (Ou então integrar nas datas para apresentação de candidaturas o tempo necessário para que outros departamentos da Administração forneçam o referido a tempo e horas).

Palácio de S. Bento, 17 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes